



Demonstrações Financeiras

Aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A.

31 de Dezembro de 2011

Demonstrações Financeiras

Aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A.

31 de Dezembro de 2011

## Certificação Legal das Contas

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 3.728.050,23 Euros e um total de capital próprio de 182.255,05 Euros, incluindo um resultado líquido de 79.348,98 Euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o Anexo.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A., em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

#### Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 12 de Julho de 2012

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)  
Representada por:



João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)



## ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO .....	4
CONJUNTURA ENVOLVENTE.....	5
PLANO DE INVESTIMENTOS DA CONCESSIONÁRIA .....	5
1. RUBRICAS DO PLANO DE INVESTIMENTOS EXECUTADAS.....	6
2. RUBRICAS DO PLANO DE INVESTIMENTOS EM EXECUÇÃO.....	6
2.1 Renovação de 100% do Parque de Contadores .....	6
2.2 Nova conduta do reservatório do Zebro à zona dos depósitos Gêmeos .....	6
2.3 Adução ao Bairro da Misericórdia .....	6
3. MELHORIAS FORA DO PLANO DE INVESTIMENTOS .....	7
3.1 Limpeza dos reservatórios de Ouguela e de Degolados .....	7
3.2 Desratização e desbaratização .....	7
4. ASPECTOS TÉCNICOS.....	7
4.1 Volumes de água comprada e captada .....	7
4.2 Qualidade da água distribuída.....	7
5. INVESTIMENTO.....	7
BREVE ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA DA EMPRESA.....	9
FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO .....	11
EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ACTIVIDADE .....	11
DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL .....	12
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS .....	13
AGRADECIMENTOS .....	13
1. NOTA INTRODUTÓRIA.....	18
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO .....	18
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS .....	18



3.1. ACTIVIDADE CONCESSIONÁRIA .....	18
3.2. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS .....	20
3.3. ACTIVOS INTANGÍVEIS .....	20
3.4. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO .....	20
3.5. INVENTÁRIOS .....	21
3.6. RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO .....	21
3.7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS .....	21
3.8. RÉDITO E ESPECIALIZAÇÃO DOS PERÍODOS.....	22
3.9. PROVISÕES, ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES .....	22
3.10. ACRÉSCIMOS DE GASTOS COM INVESTIMENTOS REVERSÍVEIS .....	23
3.11. EVENTOS SUBSEQUENTES .....	23
3.12. GESTÃO DO RISCO .....	23
3.13. ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS FUNDAMENTAIS .....	23
4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS.....	24
5. PARTES RELACIONADAS .....	24
6. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS.....	24
7. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS.....	25
8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS DEVEDORES.....	26
9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	26
10. FINANCIAMENTOS .....	26
11. CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES E OUTROS CREDORES .....	27
12. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS.....	28
13. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS .....	28
14. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS .....	28
15. CUSTOS COM O PESSOAL .....	29
16. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS .....	29
17. OUTROS GASTOS E PERDAS .....	30



18. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO .....	30
19. RESULTADOS FINANCEIROS .....	30
20. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO .....	30
21. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS .....	31
21.1 ACTIVOS CONTINGENTES.....	31
21.2 PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS .....	31



## AQUAMAIOR - ÁGUAS DE CAMPO MAIOR, S.A.

## RELATÓRIO DE GESTÃO

Actividade reportada ao período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2011

e sua comparação com a do período homólogo de 2010

No cumprimento das disposições legais e estatutárias da empresa, vem o Conselho de Administração apresentar o Relatório e Contas da aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A. relativamente ao período findo em 31 de Dezembro de 2011.

A aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A., é a empresa concessionária da Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e Recolha de Efluentes do Município de Campo Maior.

A aquamaior assumiu, como seu objectivo principal, a satisfação das necessidades de distribuição de água e de recolha de águas residuais da população do município de Campo Maior, num quadro realista de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

A Concessão tem por objecto a exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do município de Campo Maior, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infra-estruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

A aquamaior - Águas de campo Maior, S.A., é uma empresa participada a 100% pela aqualia, Gestion Integral del Agua, S.A., que por sua vez é a empresa para a actividade da água do grupo FCC, Fomento de Construcciones e Contratas.

A 20 de Outubro de 2007, foi celebrado com o Município de Campo Maior, por um período de 30 anos, o Contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e Recolha de Efluentes do Concelho de Campo Maior.

A 1 de Março de 2008, iniciou-se formalmente a actividade da aquamaior enquanto gestora do serviço de águas e de saneamento.

Com a capacidade e o know-how do seu accionista, a aquamaior apresentou e mantém até hoje, um projecto baseado em dois pilares fundamentais:

- Máxima Qualidade do Serviço Prestado através da utilização de tecnologia de ponta a par com uma estrutura de pessoal altamente qualificado;
- Excelência na assistência ao utilizador (Cliente).

A aquamaior dedica-se exclusivamente à Exploração e Gestão do Sistema Público de Distribuição de Água Potável e Recolha de Efluentes do Concelho de Campo Maior, significando isto que, na vertente técnica, se dedica à gestão dos reservatórios em baixa, gestão dos grupos



hidropressores, gestão da rede de água potável em baixa e gestão da rede de saneamento em baixa.

A gestão da aquamaior assenta essencialmente na manutenção e conservação, melhoria contínua das condições actuais e construção das novas infra-estruturas.

Na vertente comercial, o princípio subjacente é o da focalização no utilizador (Cliente).

### **CONJUNTURA ENVOLVENTE**

2011 poderá ser considerado o ano em que foi desencadeado o processo de ajustamento da economia portuguesa que, entre outras consequências, acarretou uma desalavancagem muito marcante do sector privado.

A crise da dívida soberana europeia deverá fazer parte do contexto macroeconómico, apesar da perspectiva optimista do FMI. Representa um risco para a evolução económica regional, inclusive com potencial para afectar a económica global caso não seja desenvolvida uma solução ampla e compreensiva por parte das autoridades europeias.

A este respeito, deve salientar-se o risco decorrente de uma ligação demasiado próxima entre instituições financeiras e o comportamento do prémio de risco soberano.

Presentemente vivemos um período de forte contracção da procura interna e as perspectivas para a economia portuguesa, mesmo para o futuro mais próximo, revestem-se de um elevado grau de incerteza, influenciado ainda, externamente, pela grave crise da dívida soberana e pela própria desaceleração da economia global.

A acentuada contracção registada durante o ano de 2011 na economia portuguesa deverá, segundo todos os indicadores disponíveis, prolongar-se, e mesmo agravar-se durante o ano de 2012.

A significativa quebra da procura interna potenciada pela perspectiva de um tendencial abrandamento do consumo dos privados condicionará ainda mais a situação nada favorecida pelos factores exógenos decorrentes das situações vividas nas grandes economias.

Adicionalmente, o impacto sobre a procura interna, quer das medidas de consolidação orçamental quer das medidas de natureza estrutural a implementar pelo governo português, está envolto em grande incerteza, tanto no diz respeito à sua magnitude como ao seu perfil temporal.

Em particular, as medidas de consolidação orçamental implicam uma contracção sem precedente do rendimento disponível, num contexto em que as condições de financiamento permanecerão restritivas, sendo particularmente difícil antecipar o seu impacto sobre as decisões de despesa das famílias e empresas.

### **PLANO DE INVESTIMENTOS DA CONCESSIONÁRIA**

De acordo com a acta da reunião do dia 27 de Julho de 2010, celebrada entre o Município de Campo Maior e a aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A., o Plano de Investimentos da Concessionária foi alterado no que diz respeito ao seu conteúdo sem alterar o valor total de 4,031,822.20 euros.



Relativamente ao cumprimento dos trabalhos previstos no âmbito do Plano de Investimentos celebrado com o Município de Campo Maior, rubrica de referência na actividade corrente da aquamaior, o mesmo apresentava no final do ano de 2011 o desenvolvimento a seguir assinalado.

### **1. Rubricas do Plano de Investimentos Executadas**

As rubricas do Plano de Investimentos executadas durante o ano de 2011 foram:

- Instalação de um sistema de telegestão;
- Acondicionamento dos depósitos de água potável;
- Acondicionamento das instalações de água potável;
- Acondicionamento e melhoria das bombagens de água potável;
- Acondicionamento das instalações dos poços;
- Cartografia digitalizada das redes de abastecimento e saneamento e implementação de um sistema SIG;
- Sectorização da rede de abastecimento para detecção e controlo de fugas;
- Plano director sobre as infra-estruturas de abastecimento e saneamento de Campo Maior;
- Renovação da rede de abastecimento de Degolados;
- Adução ao Bairro da Misericórdia.

### **2. Rubricas do Plano de Investimentos em Execução**

#### **2.1 Renovação de 100% do Parque de Contadores**

Durante o ano de 2011 foram trocados 132 contadores, tendo sido trocados um total de 2910. A tarefa de troca de contadores começa agora a ser cada vez mais complicada pois a maioria dos contadores a aguardar a troca, encontram-se no interior das habitações.

#### **2.2 Nova conduta do reservatório do Zebro à zona dos depósitos Gêmeos**

Em Outubro deu-se início à execução desta obra, eventualmente uma das mais importantes do Plano de Investimentos, tendo sido executada até ao final de 2010, cerca de 50% da mesma, encontrando-se o restante da intervenção em execução.

#### **2.3 Adução ao Bairro da Misericórdia**

Em Fevereiro, decorreu a Obra de Adução ao Bairro da Misericórdia. Inicialmente prevista para 2012, o estado deficitário em que se estava a prestar o serviço, obrigou a Câmara Municipal a pedir à aquamaior, que antecipasse a sua execução para 2011.

A obra decorreu com normalidade possibilitando um aumento de melhoria do serviço prestado.



### **3. Melhorias fora do Plano de Investimentos**

#### **3.1 Limpeza dos reservatórios de Ouguela e de Degolados**

O Reservatório de Ouguela é um reservatório de geometria circular com cerca de 30m<sup>3</sup> de capacidade, bem como o Reservatório de Degolados, com cerca de 70m<sup>3</sup> de capacidade de armazenamento. Ambos os reservatórios tinham sido limpos em 2010. Para a limpeza foi utilizado um camião de limpeza.

#### **3.2 Desratização e desbaratização**

Por ano, são efectuadas 4 intervenções de desratização e 4 de desbaratização em toda a rede de saneamento com maior incidência nos descarregadores de tempestade situados imediatamente antes dos emissários.

Não obstante, qualquer reclamação nos períodos intermédios origina sempre intervenções pontuais nos locais afectados.

### **4. Aspectos técnicos**

#### **4.1 Volumes de água comprada e captada**

Este ano o volume de água comprada diminuiu cerca de 5% em relação a 2010.

Os ajustamentos efectuados ao tarifário, bem como a diminuição dos consumos municipais causaram na, generalidade, um aumento da sensibilidade na utilização deste recurso natural sendo que em 3 anos se reduziu a compra de água em cerca de 75.000 m<sup>3</sup> por ano.

Em relação à água captada, este ano não existiu, pois a captação do Furo D. Carlos foi desactivada no início do ano uma vez que a empresa Águas do Norte Alentejano passou a abastecer esta freguesia a 100% em Janeiro de 2011.

#### **4.2 Qualidade da água distribuída**

A qualidade da água distribuída pela aquamaior aos utilizadores do concelho de Campo Maior é verificada através de inúmeras recolhas efectuadas periodicamente nos diversos pontos de amostragem.

As amostras foram analisadas em laboratório externo, segundo calendarização do programa de controlo da qualidade da água (PCQA) para 2011.

Este programa foi aprovado em 30 de Dezembro de 2009 pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), elaborado de acordo com a legislação em vigor à data de elaboração do documento, nomeadamente o Decreto-Lei 306/2007 de 27 de Agosto.

### **5. Investimento**

No final de 2011 a aquamaior totalizou um investimento acumulado desde o início da concessão no valor de 2,887,919.35 euros.

Este ano ficou marcado pela antecipação da execução do projecto de adução ao Bairro da Misericórdia e pela execução do projecto da Conduta Adutora desde o Monte do Zebro até à



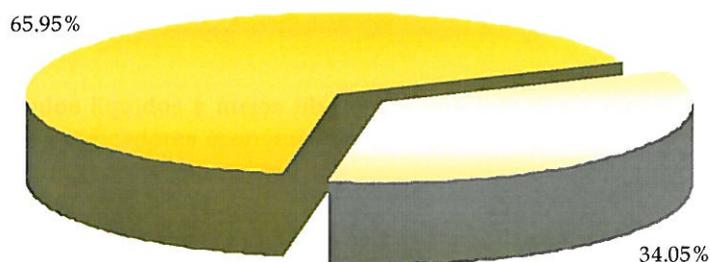
Zona da Fonte Nova em Campo Maior. Neste último caso faltam terminar cerca de 200 metros que serão executados no início de 2012 por imposição do Município.

O investimento realizado até ao final de Dezembro de 2011 foi o que se apresenta no quadro seguinte:

Plano de Investimentos	Instalação de um Sistema de Telegestão	231,970.33 €
	Acondicionamento dos Depósitos de Água Potável	11,079.00 €
	Acondicionamento das Instalações Água Potável	74,835.34 €
	Acondicionamento e Melhoria das Bombagens de Água potável	5,864.96 €
	Acondicionamento das Instalações dos Poços	16,611.36 €
	Renovação de 100% do Parque de Contadores	181,260.78 €
	Cartografia Digitalizada das Redes de Abastecimento e Saneamento e Implementação de um Sistema SIG	71,400.00 €
	Sectorização da Rede de Abastecimento para o Controlo e Detecção de Fugas	35,700.00 €
	Instalação de uma conduta desde a Zona Industrial de Campo Maior até à freguesia de Ouguela, com 7 km em 110 em PEAD	35,700.00 €
	Instalação de uma conduta desde o local Fonte Nova até ao parque de Campismo de Campo maior 6 km 90 em PEAD	1,532.02 €
	Plano Director sobre as infra-estruturas de abastecimento e saneamento de Campo Maior	17,850.00 €
	Renovação da Rede de Abastecimento de Degolados	1,220,643.08 €
	Sub-total	1,904,446.87 €
Outras Actuações Projectadas no Plano de Investimentos	Nova conduta desde o reservatório do Zebro até à zona dos depósitos Gémeos	931,839.82 €
	Adução ao Bairro da Misericórdia	51,632.66 €
	Sub-total	983,472.48 €
Total		2,887,919.35 €

O investimento em infra-estruturas representou durante o ano de 2011, um montante de 1.144,863.13 euros, relativamente ao total do Plano de Investimentos já realizado.

Detalhe do Plano de Investimentos a Dezembro de 2011



- Plano de Investimentos
- Outras Actuações Projectadas no Plano de Investimentos



A aquamaior é a empresa responsável pela exploração e gestão dos sistemas de abastecimento de água incluindo tratamento, elevação, armazenamento e distribuição de água para consumo público e de recolha, tratamento e rejeição de efluentes do concelho de Campo Maior, e pela execução do Plano de Investimentos, com vista à ampliação das redes de abastecimento de água e saneamento, construção de reservatórios, reabilitação das infra-estruturas e melhoria dos serviços prestados aos munícipes e à melhoria da qualidade de vida e ambiental, e defesa da saúde da população de Campo Maior, através da eliminação de focos de insalubridade pública e da utilização quotidiana de água segundo os padrões nacionais e europeus.

O objectivo estratégico da aquamaior continua alicerçado na continuação da melhoria constante da qualidade dos serviços prestados à população, na vertente do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais, mantendo-se a renovação e remodelação das redes e equipamentos como a primeira prioridade dos investimentos a efectuar.

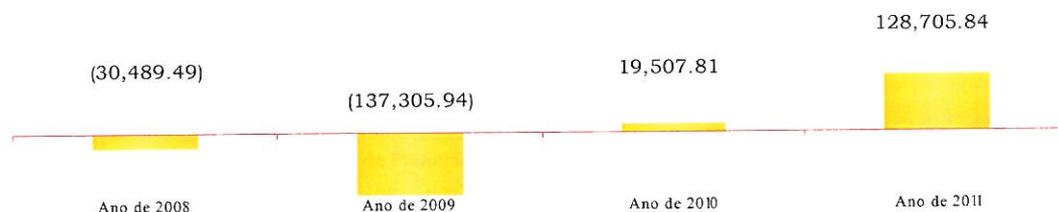
### BREVE ANALISE DA SITUAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA DA EMPRESA

Relativamente ao ano de 2011, agora findo, a actividade da aquamaior decorreu de forma regular e dentro das expectativas criadas, não havendo a registar quaisquer factos relevantes de serem mencionados neste relatório.

Sobre aos resultados obtidos pela empresa no último período, estes apresentaram melhorias relativas face às estimativas inicialmente efectuadas.

O Resultado Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos (EBITDA) representa em 2011 cerca de 12.66% das Vendas e Serviços Prestados pela empresa (corrigidos do efeito da aplicação da IAS 11) contra um valor de 2.48% no ano anterior.

Evolução EBITDA  
(em euros)



Ao nível dos resultados líquidos e meios libertos, a sua influência e evolução poder-se-á medir através dos seguintes indicadores económicos:

	Ano 2011	Ano 2010
Rentabilidade do Activo Total	2.13%	(6.80%)
Rentabilidade dos Capitais Próprios	43.54%	(151.76%)
Rentabilidade das Vendas	3.67%	(11.75%)
EBITDA	128,705.84	19,507.81



Uma vez mais e apesar da conjuntura nacional actual e das dificuldades naturais da actividade da aquamaior, os resultados acima mencionados, foram conseguidos com base numa gestão criteriosa sobre os custos e proveitos resultantes da actividade normal da empresa.

Relativamente à capacidade da empresa de gerar cashflow a longo prazo, os resultados obtidos no ano que agora finda, apontam para que a aquamaior consiga, já no ano de 2012, melhorar substancialmente a performance conseguida em 2011.

Independentemente dos resultados acima mencionados, é importante salientar que a aquamaior continua a efectuar um esforço contínuo para a melhoria da sua performance operacional e de gestão.

O volume de negócios mesmo atingiu no final do período em análise, cerca de 2.162 milhões de euros (1.017 milhões de euros provenientes de Vendas e Serviços Prestados acrescidos de 1.145 milhões de euros originados pela aplicação da IAS 11), ligeiramente acima do estimado no plano estratégico elaborado para o mesmo período.

A aquamaior atingiu no ano de 2011, e relativamente à rubrica de Resultado antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos o valor de 128,705.84 euros.

O Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) apesar de se manter negativo melhorou substancialmente face ao apresentado no ano anterior, situando-se no final de 2011 em 17,275.76 euros negativos.

Os resultados financeiros da empresa ascenderam a 49,154.01 euros negativos (ver nota 19), apresentando uma performance desfavorável, resultado de uma maior necessidade de financiamento, face aos investimentos a realizar, previstos no contrato de concessão para Exploração e Gestão do Sistema de Recolha e Tratamento de Efluentes celebrado com o Município de Campo Maior.

Os custos financeiros representaram no período em análise 2.25% do total dos proveitos obtidos.

O Resultado Antes de Impostos atingiu no período em análise o montante de 66,429.77 euros negativos.

	Ano 2011	Ano 2010
Resultado Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos	128,705.84	19,507.81
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)	(17,275.76)	(127,540.64)
Resultado Antes de impostos	(66,429.77)	(154,457.83)
Resultado Líquido do Período	79,348.98	(156,174.93)

Relativamente à variação positiva de resultados face ao ano anterior, a mesma ficou a dever-se em grande parte à aceitação por parte do Município de Campo Maior, da proposta de subida de 26% das tarifas, a qual ocorreu apenas em Março de 2011, reflectindo-se o impacto desta decisão nas contas anuais de 2011 da aquamaior, somente a partir de Abril do mesmo ano.

Os índices de produtividade apresentaram uma melhoria relativa da performance, face ao estimado inicialmente, e face às condições actuais da economia portuguesa.



## **FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO**

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do período.

## **EVOLUÇÃO PREVISIVEL DA ACTIVIDADE**

A Administração considera que os resultados obtidos pela actividade da empresa, desde o período em que esta se iniciou formalmente, evidenciam a sua capacidade em gerar resultados estáveis, quer a nível económico-financeiro quer a nível de gestão corrente.

A análise da evolução da actividade aos primeiros meses de 2012, perspectiva com relativo optimismo a melhoria da situação verificada no período de 2011, tendo em conta a conclusão, no início do terceiro trimestre de 2011, da formalização com o Município do Campo Maior do acordo relativo à revisão do Contrato de Concessão, pela adaptação ao Decreto-Lei nº 194/2009, de 20 de Agosto.

No âmbito do Planeamento Estratégico desenvolvido pela aquamaior, continuam válidos para os anos vindouros os indicadores, objectivos, projectos e mapas estratégicos a seguir apresentados.

Os objectivos estratégicos, ordenados nas diferentes perspectivas, são relativamente aos recursos:

- A optimização continua dos Recursos Humanos;
- O incentivar da comunicação interna
- O reforço do espírito de equipa;

Os objectivos estratégicos, ordenados nas diferentes perspectivas, são relativamente aos processos:

- A melhoria da eficiência nos processos de gestão contratual associada à promoção da eficácia na gestão;
- O cumprimento do Contrato de Concessão e manutenção das boas relações com a Concedente;
- A implementação continua de processos que visem a aquisição de competências técnicas e eficiência operacional;

Os objectivos estratégicos, ordenados nas diferentes perspectivas, são relativamente aos nossos clientes:

- A continuação da promoção da excelência na qualidade do serviço e melhoria da vida dos nossos clientes;
- A implementação da imagem aquaia, através das suas participadas, como alavanca à expansão do negócio;

Os objectivos estratégicos, ordenados nas diferentes perspectivas, são relativamente à área financeira:



- A maximização da criação de valor e dos Proveitos Operacionais;
- A optimização dos custos de estrutura;
- A obtenção de uma estrutura financeira adequada;
- A obtenção de um quadro de sustentabilidade no longo prazo.

Os objectivos estratégicos, ordenados nas diferentes perspectivas, são relativamente à nossa missão:

- Assegurar a fiabilidade no abastecimento de água e recolha de águas residuais;
- A garantia de uma adequada Qualidade da Água distribuída;
- A contribuição para o desenvolvimento local
- A promoção da integração da aquamaior na comunidade local.

Pelo mencionado anteriormente, a administração da aquamaior considera que os resultados obtidos a todos os níveis pela empresa poderão e serão com toda a certeza melhorados, quer a nível económico-financeiro, quer ao nível da performance em geral.

Perspectiva-se desta forma, com reservado optimismo, a evolução da mesma durante o ano de 2012, tendo em conta a análise da actividade.

#### **DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL**

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

**PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

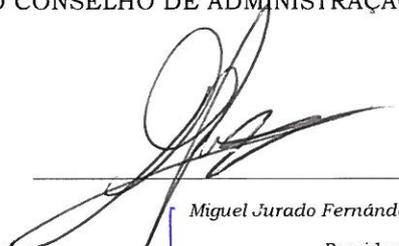
A Administração propõe que ao resultado líquido do período, que ascendeu a 79,348.98 euros, seja dada a seguinte aplicação:

- Para Resultados Transitados: 75,381.53 euros
- Para Reserva Legal: 3,967.45 euros

**AGRADECIMENTOS**

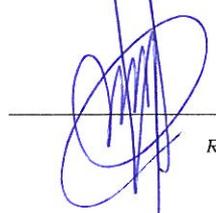
A administração da empresa aproveita a oportunidade para agradecer a colaboração prestada por todos os Colaboradores, Clientes, Fornecedores, Instituição Bancárias, e demais entidades que com ela se relacionaram.

Campo Maior, aos 31 de Março de 2012

**O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

---

*Miguel Jurado Fernández*  
Presidente



---

*Roberto Pérez Muñoz*  
Vogal



---

*Jesus Rodríguez Sevilla*  
Vogal



---

*Isidoro António Marbán Fernández*  
Vogal



## BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Unidade monetária (1)

	NOTAS	2011	2010
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	3.2 ; 6	62,714.57	75,355.17
Activos intangíveis	3.1 ; 3.3 ; 6	2,826,733.90	1,743,056.22
Activos por impostos diferidos	3.4	154,034.18	
<b>Sub-total</b>		<b>3,043,482.65</b>	<b>1,818,411.39</b>
<b>Activo corrente</b>			
Inventários	3.5	29,793.34	19,167.02
Clientes	3.7 ; 8	355,123.90	213,998.41
Estado e outros entes públicos	7	4,002.08	8,986.56
Outras contas a receber	3.7 ; 8	82,385.94	67,901.35
Diferimentos	4	5,285.81	
Caixa e depósitos bancários	3.5 ; 9	207,976.51	168,058.67
<b>Sub-total</b>		<b>684,567.58</b>	<b>478,112.01</b>
<b>Total do activo</b>		<b>3,728,050.23</b>	<b>2,296,523.40</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital realizado	3.6	50,000.00	50,000.00
Outros instrumentos de capital próprio	3.6	675,000.00	675,000.00
Resultados transitados	3.6	(622,093.93)	(465,919.00)
Resultado líquido do período	3.6	79,348.98	(156,174.93)
<b>Total do capital próprio</b>		<b>182,255.05</b>	<b>102,906.07</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos	3.7 ; 10	1,000,000.00	1,000,000.00
Outras contas a pagar	3.7 ; 11	453,947.67	380,738.28
<b>Sub-total</b>		<b>1,453,947.67</b>	<b>1,380,738.28</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	3.7 ; 11	159,168.67	104,899.68
Estado e outros entes públicos	7	15,277.50	4,522.03
Financiamentos obtidos	3.7 ; 10	820,765.76	289,867.57
Outras contas a pagar	3.7 ; 11	1,096,635.58	413,586.77
Diferimentos	4		3.00
<b>Sub-total</b>		<b>2,091,847.51</b>	<b>812,879.05</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>3,545,795.18</b>	<b>2,193,617.33</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>3,728,050.23</b>	<b>2,296,523.40</b>

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

## DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Unidade monetária (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2011	2010
Vendas e serviços prestados	3.8 ; 12	2,161,510.17	1,329,399.02
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3.5 ; 13	(358,052.65)	(399,984.20)
Fornecimentos e serviços externos	14	(1,562,987.18)	(810,557.77)
Gastos com o pessoal	15	(120,440.23)	(112,851.78)
Outros rendimentos e ganhos	16	21,412.10	26,624.25
Outros gastos e perdas	17	(12,736.37)	(13,121.71)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>128,705.84</b>	<b>19,507.81</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	18	(145,981.60)	(147,048.45)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>(17,275.76)</b>	<b>(127,540.64)</b>
Juros e gastos similares suportados	19	(49,154.01)	(26,917.19)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>(66,429.77)</b>	<b>(154,457.83)</b>
Imposto sobre o rendimento do período	20	145,778.75	(1,717.10)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>79,348.98</b>	<b>(156,174.93)</b>

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros



## DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Unidade monetária (1)

RUBRICAS	2011	2010
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	901,614.11	1,373,910.50
Pagamentos a fornecedores	(742,681.89)	(1,222,052.93)
Pagamentos ao pessoal	(115,561.41)	(87,158.75)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(5,719.18)	(1,717.10)
Outros recebimentos/pagamentos	(510,525.89)	(533,569.69)
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>	<b>(472,874.26)</b>	<b>(470,587.97)</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos intangíveis	(503,850.66)	(544,223.08)
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	4,215.42	
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>	<b>(499,635.24)</b>	<b>(544,223.08)</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	1,061,796.38	289,867.57
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		675,000.00
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos similares	(49,369.04)	(26,917.19)
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>	<b>1,012,427.34</b>	<b>937,950.38</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	<b>39,917.84</b>	<b>(76,860.67)</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>168,058.67</b>	<b>244,919.34</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>207,976.51</b>	<b>168,058.67</b>

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Unidade monetária (1)										
	Capital nominal	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital	Acções (quotas) próprias	Prémios de emissão	Reservas não distribuíveis	Reservas distribuíveis	Excedente de valorização de activos fixos	Ajustamentos ao valor de activos financeiros	Resultados acumulados	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período	50,000.00	675,000.00							(465,919.00)	(156,174.93)	102,906.07
Aplicação de resultados									(156,174.93)	156,174.93	
<b>Total dos aumentos/diminuições directos no capital próprio</b>									(622,093.93)		102,906.07
Resultado líquido do período										79,348.98	79,348.98
<b>Posição no fim do período</b>	50,000.00	675,000.00							(622,093.93)	79,348.98	182,255.05

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Unidade monetária (1)										
	Capital nominal	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital	Acções (quotas) próprias	Prémios de emissão	Reservas não distribuíveis	Reservas distribuíveis	Excedente de valorização de activos fixos	Ajustamentos ao valor de activos financeiros	Resultados acumulados	Resultado líquido do período	TOTAL
Posição no início do período	50,000.00								(155,263.42)		(105,263.42)
Aumentos/reduções de capital		675,000.00									675,000.00
Aplicação de resultados									(310,655.58)		(310,655.58)
<b>Total dos aumentos/diminuições directos no capital próprio</b>									(465,919.00)		259,081.00
Resultado líquido do período										(156,174.93)	(156,174.93)
<b>Posição no fim do período</b>	50,000.00	675,000.00							(465,919.00)	(156,174.93)	102,906.07

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

**OBSERVAÇÕES ÀS RUBRICAS DA DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO:**

- (a) Linha relativa aos movimentos resultantes dos ajustamentos relativos à data do balanço inicial / "de abertura", na transição para o referencial contabilístico IAS/IFRS, ou para as futuras NCRF, em cumprimento da IFRS 1.
- (b) Linha relativa a movimentos por alterações de políticas contabilísticas que, nos termos da IAS 8, se repercutam directamente no capital próprio.
- (c) Linha destinada à evidência de movimentos de transferência dentro das rubricas de capital próprio, que não sejam mostrados ou incluídos noutras linhas.
- (d) Linha destinada a evidenciar movimentos nas rubricas de "Interesses minoritários", reflectidas em resultados líquidos do período ou directamente em rubricas de capitais próprios, distinguindo-os da coluna com o mesmo nome, que



AQUAMAIOR – ÁGUAS DE CAMPO MAIOR, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em euros)

### **1. NOTA INTRODUTÓRIA**

A aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A., é uma sociedade anónima, com sede na Rua de São João, 2A em Campo Maior, constituída em 04 de Outubro de 2007, no Cartório Notarial de Lisboa, tendo iniciado a sua actividade a 1 de Março de 2008.

Tem como actividade principal a concessão da Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e de Recolha de Efluentes do Concelho de Campo Maior incluindo esta, a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infra-estruturas e equipamentos previstos no plano de investimento do sistema concessionado.

### **2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO**

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, foi revogado o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e as Directrizes Contabilísticas com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010. Assim, para o exercício que se iniciou após esta data a empresa passou a fazer o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Não houve derrogações excepcionais de disposições do SNC tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da empresa.

### **3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

As demonstrações financeiras da aquamaior, apresentadas em anexo foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa mantidos de acordo com o SNC.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando políticas contabilísticas consistentes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS /IFRS"), tal como adoptadas na União Europeia a 1 de Janeiro de 2010, nas matérias omissas relativamente ao âmbito da aplicação do SNC.

#### **3.1. ACTIVIDADE CONCESSIONÁRIA**

A empresa exerce uma actividade que se constitui na prestação de serviços de interesse económico geral, indispensável ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das actividades económicas e à protecção do meio ambiente. Esta actividade é desenvolvida num enquadramento de melhoria contínua da prestação dos serviços públicos de distribuição de água para consumo público e de recolha de águas residuais. As mesmas são desenvolvidas num

contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto nos contratos de concessão de serviço público celebrados com o Estado e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Como prestador de um serviço público, a empresa opera num ambiente regulado. O regulador – ERSAR – nos termos das legislações em vigor, regula entre outros aspectos, a tarifa a cobrar pelos serviços prestados. No balanceamento do interesse público com o equilíbrio económico-financeiro das empresas nos termos do contrato de concessão, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no cashflow, com todas as consequências adversas que daí resultam.

As tarifas a praticar pela empresa carecem de aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida na IAS 8 – Políticas Contabilísticas e as circunstâncias específicas dos contratos de concessão em vigor, a empresa adoptou as regras internacionalmente aplicáveis às empresas que actuam em mercados com estas características (nomeadamente o FAS 71 emitido pelo FASB e a ED emitidas pelo IASB). Estas regras prescrevem que uma empresa deve reconhecer nas suas demonstrações financeiras os efeitos da sua actividade operacional, desde que preste serviços cujos preços estejam sujeitos a regulação.

#### IFRIC 12

A concessão inclui uma infra-estrutura já edificada pelo município, a construção de novas infra-estruturas, a manutenção das mesmas e a sua operação. No final do prazo, estas infra-estruturas retornam ao concedente em pleno estado de utilização.

Por não deter o pleno usufruto das infra-estruturas, à luz do definido pela IFRIC 12 foi reconhecido um activo intangível, sendo reconhecido um direito de cobrar aos utilizadores da infra-estrutura de uso público, uma vez que o risco da procura é assumido pelo concessionário.

A Empresa estabeleceu contratualmente uma obrigação de efectuar um investimento total de 4.031 milhares de euros.

De acordo com a IFRIC 12, caso a finalidade de tal investimento seja de manter ou restaurar a infra-estrutura, a obrigação contratual deve ser reconhecida e mensurada de acordo com a IAS 37, ou seja a melhor estimativa do valor presente do custo que será necessário para realizar a obrigação. Alterações subsequentes na mensuração da responsabilidade devem ser adicionadas ou deduzidas ao custo do activo intangível.

Tratando-se de um investimento de expansão, a IFRIC 12 preconiza que o investimento deve ser reconhecido no Activo à medida que vai sendo realizado, e de acordo com a IAS 11 – Contratos de Construção (percentagem de acabamento) durante a sua execução. É entendimento da Administração que o Plano de Investimento estabelecido com o Município se trata de um plano de investimento de expansão e não apenas de manutenção e restauração uma vez que preconiza uma melhoria contínua das condições actuais e construção de novas infra-estruturas. Neste sentido a empresa procedeu ao desreconhecimento da provisão por investimento futuro no montante de 2,288,765.98 euros, que se encontrava registada tanto na rubrica de activos intangíveis como na rubrica de provisões – ver nota 6.

Uma vez que a concessão contempla a prestação de mais do que um serviço – o de construção, modernização e renovação das infra-estruturas e o de exploração e gestão da concessão, a aquamaior reconhece os réditos e os custos relacionados com a construção das infra-estruturas

concessionadas de acordo com a IAS 11 – Contratos de Construção, o qual se materializa num direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público, e o rédito e os custos relacionados com a operação de acordo com a IAS 18 – Rédito. De salientar que o direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público não se traduz num direito incondicional de receber uma determinada quantia, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

### 3.2. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas a partir do momento em que os activos se encontram disponíveis para utilização, de acordo com as seguintes vidas médias úteis estimadas:

	Vida Útil
Grupo 2 - Instalações	10 anos
Grupo 3 - Maquinas, Aparelhos e Ferramentas	4 a 8 anos
Grupo 4 - Material Rolante ou de Transporte	4 anos
Grupo 5 - Elementos Diversos	3 a 8 anos

No momento do abate ou alienação serão calculados os ganhos ou perdas respectivos, face ao valor líquido dos bens, e serão registados como outros proveitos ou custos operacionais.

### 3.3. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Nos termos do contrato de concessão, a concessionária reconhece um activo intangível na medida em que lhe seja conferido o direito (licença) de cobrar um preço aos utentes do serviço público.

Como no presente acordo de concessão a concessionária é remunerada em relação aos serviços de construção, modernização e renovação das infra-estruturas com base num activo intangível.

O activo intangível tem por base o reconhecimento dos gastos de construção, modernização e renovação das infra-estruturas incorridos, na percentagem na proporção do total do investimento estabelecido com o município.

O activo intangível é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefício económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador. As amortizações são calculadas tendo por base o prazo da concessão previsto no estudo de viabilidade económico-financeiro.

### 3.4. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos directamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma

concentração empresarial, que à data da transacção não afecta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido activo para a mesma altura e com a mesma autoridade.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos activos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

Os impostos diferidos são registados no Resultado líquido do período, em Outras Reservas ou em Excedentes de revalorização de activos tangíveis ou intangíveis, consoante o registo da transacção ou evento que lhes deu origem.

### **3.5. INVENTÁRIOS**

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio como método de custeio. São registadas perdas por imparidade nos casos em que o custo seja superior ao valor estimado de recuperação.

### **3.6. RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO**

- Capital Realizado

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

- Outros Instrumentos de capital próprio

Esta rubrica inclui Prestações Acessórias que foram efectuadas pelos accionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das Prestações Suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC) não têm prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) e só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da Reserva Legal (art.º 213 do CSC).

- Resultados Transitados

Esta rubrica inclui os resultados realizados acumulados negativos.

- Resultado Líquido do Período

Esta rubrica inclui os ganhos e perdas reconhecidos no exercício

### **3.7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Os instrumentos financeiros na Empresa classificam-se conforme detalhe seguinte e a sua mensuração depende da categoria:

- Clientes e dívidas a receber:



As dívidas de clientes e as outras dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, para que as mesmas reflectam o valor realizável líquido. As perdas por imparidade serão registadas quando existir informação objectiva da incobrábilidade da dívida.

- Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

- Contas a pagar

As contas a pagar não vencem juros e estão registadas pelo valor nominal.

- Empréstimos bancários

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, líquido de despesas com emissão desses empréstimos. Em períodos subsequentes os empréstimos são registados ao custo amortizado, sendo a diferença entre os montantes recebidos e o valor a pagar, reconhecida na demonstração dos resultados durante o período de vida dos empréstimos usando o método da taxa de juro efectiva.

### **3.8. RÉDITO E ESPECIALIZAÇÃO DOS PERÍODOS**

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo seu justo valor do montante a receber.

Os proveitos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do grau de execução do serviço, ou no caso dos contratos de manutenção no período de vigência dos contratos. As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos períodos pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

### **3.9. PROVISÕES, ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES**

Sempre que a Empresa reconhece a existência de uma obrigação fruto de um evento passado, a qual exige o dispêndio de recursos, e sempre que o seu valor possa ser razoavelmente estimado, é constituída uma provisão. Estas provisões são revistas à data do balanço de forma a transmitirem uma estimativa actual.

Na possibilidade de uma das condições anteriores não ser cumprida, mas mantenha-se a possibilidade de afectar os períodos futuros, a Empresa não reconhece um passivo contingente, mas promove a sua divulgação.



Quando se verificam activos contingentes resultantes de eventos passados, mas cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos, estes não são registados. À semelhança dos passivos, também os activos contingentes são divulgados.

### **3.10. ACRÉSCIMOS DE GASTOS COM INVESTIMENTOS REVERSÍVEIS**

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face aos encargos futuros em investimentos reversíveis da concessão.

Estes acréscimos são calculados com base no investimento reversível definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão, e são registadas em resultados por contrapartida de passivo não corrente.

Saliente-se que os acréscimos de gastos para investimentos reversíveis visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo.

Estes acréscimos são reconhecidos em custos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

### **3.11. EVENTOS SUBSEQUENTES**

Os eventos subsequentes à data do balanço que integram elementos adicionais aos registos em final de período são reflectidos nas demonstrações financeiras, enquanto que os eventos que integram elementos sobre registos posteriores à data do balanço são divulgados nas notas do anexo.

### **3.12. GESTÃO DO RISCO**

O risco financeiro ao qual se encontra exposta a empresa é pouco diverso, envolvendo apenas taxas de juro e crédito concedido.

Os empréstimos bancários vencem juros indexados a taxas de referência de curto prazo (entre 1 a 6 meses) e como tal as suas variações contribuem para afectar os resultados.

O risco de crédito é muito limitado uma vez que o principal Cliente é uma entidade de baixo risco, não se justificando economicamente a constituição de seguro de crédito.

### **3.13. ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS FUNDAMENTAIS**

Os valores estimados referentes aos activos e passivos são baseados nas últimas informações disponíveis. As revisões das estimativas em períodos seguintes são reconhecidas em resultados e são objecto da divulgação adequada à sua materialidade.

Perante os erros materialmente relevantes, relativos a períodos anteriores, proceder-se-á à revisão da informação comparativa apresentada nas demonstrações.



#### 4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação de demonstrações financeiras exige que a gestão da empresa efectue julgamentos e estimativas que afectam os montantes de proveitos, custos, activos, passivos e divulgações à data do reporte da informação financeira.

Estas estimativas são determinadas pelos julgamentos da gestão da empresa, baseados: (i) na melhor informação e conhecimento de eventos presentes e em alguns casos em relatos de peritos independentes e (ii) nas acções que a empresa considera poder vir a desenvolver no futuro.

Todavia, na data de concretização das operações, os seus resultados poderão ser diferentes dos apresentados nestas estimativas.

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2011, não ocorreram alterações significativas de estimativas contabilísticas, face àquelas consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período findo em 31 de Dezembro de 2010.

#### 5. PARTES RELACIONADAS

A sociedade faz parte do grupo FCC - Fomento de Construcciones y Contratas, S.A., através da participação de 100.00 % da empresa aqualia - Gestion Integral del Agua, S.A.

As contas da sociedade são incluídas na consolidação de contas do respectivo grupo.

Relativamente às transacções entre partes relacionadas, a 31 de Dezembro de 2011, o detalhe dos saldos respectivos era o seguinte:

	Ano 2011		Ano 2010	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
<b>Fornecedores C/C</b>				
Aqualia - Gestion Integral del Agua, S.A. (Representação Permanente em Portugal)		17,178.64		12,675.26
<i>(Transacções relativas a Trabalhos Especializados. As condições de pagamento são idênticas às aplicadas aos restantes fornecedores)</i>				
<b>Fornecedores C/C</b>				
Aqualia - Gestion Integral del Agua, S.A. (Delegação de Badajoz)		27,702.00		27,702.00
<i>(Transacções relativas a Trabalhos Especializados. As condições de pagamento são idênticas às aplicadas aos restantes fornecedores)</i>				
<b>Fornecedores de Investimentos</b>				
Aqualia - Gestion Integral del Agua, S.A. (Representação Permanente em Portugal)		766,466.59		125,472.12
<i>(Transacções relativas a aquisição de Imobilizado. As condições de pagamento são idênticas às aplicadas aos restantes fornecedores)</i>				
	<b>Total</b>	<b>811,347.23</b>		<b>165,849.38</b>

#### 6. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Durante o período findo a 31 de Dezembro de 2011, o movimento ocorrido nas contas de Activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ACTIVO BRUTO	Saldo em 31.12.2010	Ajustes	Novo Saldo 31.12.2010	Aumentos e reavaliações	Abates e alienações	Saldo em 31.12.2011
Activos fixos tangíveis						
Equip. básico	87,200.70		87,200.70			87,200.70
Equip. de transporte	1,575.86		1,575.86			1,575.86
Equip. administrativo	23,437.94		23,437.94		(4,215.42)	19,222.52
<b>Total</b>	<b>112,214.50</b>		<b>112,214.50</b>		<b>(4,215.42)</b>	<b>107,999.08</b>

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS						
Activos fixos tangíveis						
Equip. básico	25,730.21		25,730.21	8,719.90		34,450.11
Equip. de transporte	1,181.90		1,181.90	393.97		1,575.87
Equip. administrativo	9,947.22		9,947.22	365.18	(1,053.87)	9,258.53
<b>Total</b>	<b>36,859.33</b>		<b>36,859.33</b>	<b>9,479.05</b>	<b>(1,053.87)</b>	<b>45,284.51</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>75,355.17</b>		<b>75,355.17</b>	<b>(9,479.05)</b>	<b>(3,161.55)</b>	<b>62,714.57</b>

ACTIVO BRUTO	Saldo em 31.12.2010	Ajustes	Novo Saldo 31.12.2010	Aumentos e reavaliações	Transferências	Saldo em 31.12.2011
Activos intangíveis						
em Firme					478,842.66	478,842.66
em Curso	4,031,822.20	(2,288,765.98)	1,743,056.22	1,144,863.13	(478,842.66)	2,409,076.69
<b>Total</b>	<b>4,031,822.20</b>	<b>(2,288,765.98)</b>	<b>1,743,056.22</b>	<b>1,144,863.13</b>		<b>2,887,919.35</b>

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS						
Activos intangíveis						
em Firme				61,185.45		61,185.45
<b>Total</b>				<b>61,185.45</b>		<b>61,185.45</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>4,031,822.20</b>	<b>(2,288,765.98)</b>	<b>1,743,056.22</b>	<b>1,083,677.68</b>		<b>2,826,733.90</b>

Ver política contabilística 3.1 no que respeita à coluna de ajustes.

## 7. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A 31 de Dezembro de 2011 o detalhe da conta de Estado e Outros Entes Públicos apresentava a seguinte decomposição:

	Ano 2011		Ano 2010	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto Sobre o Rendimento				
Pagamento especial por conta	4,002.08		2,272.68	
Estimativa IRC		8,255.43		1,717.10
Retenção de Impostos Sobre Rendimentos				
Trabalho Dependente		252.00		830.00
Trabalho Independente				1,182.50
Imposto Sobre O Valor Acrescentado (IVA) *				
IVA - A Pagar		3,980.21		

	Ano 2011		Ano 2010	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
IVA - A Recuperar			8,430.98	
Outros Impostos		45.00		45.00
Contribuições Sociais		2,744.86		2,464.53
<b>Total</b>	<b>4,002.08</b>	<b>15,277.50</b>	<b>10,703.66</b>	<b>6,239.13</b>

## 8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS DEVEDORES

A rubrica Clientes C/C que reflecte o valor a pagar pelos consumidores a 31 de Dezembro de 2011 apresentava o seguinte valor:

	Ano 2011	Ano 2010
Clientes		
Clientes C/C	355,123.90	213,998.41
<b>Total</b>	<b>355,123.90</b>	<b>213,998.41</b>

A 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de Outras Contas a Receber tinha a seguinte decomposição:

	Ano 2011	Ano 2010
Outras Contas a Receber		
Pessoal		1,113.72
Devedores por Acréscimos de Rendimentos (1)	47,471.43	33,652.12
Devedores e Credores Diversos	34,914.51	33,135.51
<b>Total</b>	<b>82,385.94</b>	<b>67,901.35</b>

(1) O valor da rubrica Devedores por Acréscimos de Rendimentos, acima mencionado, corresponde à especialização do exercício na parte de receitas, que respeitam ao desfasamento temporal, entre a facturação e a contagem real dos consumos efectuados.

## 9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A discriminação de caixa e seus equivalentes constantes das demonstrações dos fluxos de caixa relativamente ao período findo a 31 de Dezembro de 2011, e a reconciliação entre esse valor e o montante de Caixa e Equivalentes de Caixa constante da demonstração da posição financeira nessa data é o seguinte:

	Ano 2011	Ano 2010
Caixa	4,489.62	4,216.69
Depósitos à Ordem		
Santander Totta (Campo Maior)	24,979.88	108,649.95
Caixa Geral de Depósitos	178,507.01	55,192.03
<b>Total</b>	<b>207,976.51</b>	<b>168,058.67</b>
<b>Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>207,976.51</b>	<b>168,058.67</b>

## 10. FINANCIAMENTOS

As Dividas a Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, correntes e não correntes, apresentavam em 31 de Dezembro de 2011, a seguinte discriminação:



	Ano 2011	Ano 2010
<b>Passivo não corrente</b>		
Dividas a Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras		
Empréstimos Bancários	1,000,000.00	1,000,000.00
<b>Total</b>	<b>1,000,000.00</b>	<b>1,000,000.00</b>
	Ano 2011	Ano 2010
<b>Passivo corrente</b>		
Dividas a Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras		
Descobertos Bancários	820,765.76	289,867.57
<b>Total</b>	<b>820,765.76</b>	<b>289,867.57</b>

Os valores constantes da rubrica Dividas a Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras e da rubrica Empréstimos dizem respeito, a uma linha de crédito e a um empréstimo não corrente, ambos no valor de 1,000,000.00 euros cada.

A linha de crédito, destinada a reforço de tesouraria corrente, encontrava-se à data de 31 de Dezembro utilizada pelo valor de 820,765.76 euros.

O financiamento bancário não corrente encontrava-se à data de 31 de Dezembro utilizado na sua totalidade.

#### 11. CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES E OUTROS CREDORES

A rubrica de Fornecedores C/C reflecte as facturas em aberto, por pagar a fornecedores diversos à data de 31 de Dezembro de 2011.

	Ano 2011	Ano 2010
<b>Fornecedores</b>		
Fornecedores C/C	159,168.67	104,899.68
<b>Total</b>	<b>159,168.67</b>	<b>104,899.68</b>

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de Outras Contas a pagar tinha a seguinte decomposição:

	Ano 2011	Ano 2010
<b>Passivo não corrente</b>		
Outras Contas a Pagar		
Relativas a Investimentos Reversíveis (nota 3.10)	453,947.67	380,738.28
<b>Total</b>	<b>453,947.67</b>	<b>380,738.28</b>
	Ano 2011	Ano 2010
<b>Passivo corrente</b>		
Outras Contas a Pagar		
Pessoal	4,968.22	
Fornecedores de Investimentos	766,466.59	125,454.12
Credores por Acréscimos de Gastos	209,020.06	100,309.46
Devedores e Credores Diversos	116,180.71	187,823.19
<b>Total</b>	<b>1,096,635.58</b>	<b>413,586.77</b>



## 12. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de Vendas e Prestações de Serviços apresentava o seguinte o detalhe:

	Ano 2011	Ano 2010
Vendas	491,590.87	418,485.68
Serviços Prestados	525,056.17	366,690.26
Subcontratos (2)	1,144,863.13	544,223.08
<b>Total</b>	<b>2,161,510.17</b>	<b>1,329,399.02</b>

(2) Corresponde à componente de proveitos reconciliados na actividade de construção, reparação e manutenção das infra-estruturas tal como referido nas notas 2 e 3.

## 13. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

A 31 de Dezembro de 2011 o detalhe da conta de Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas é o seguinte:

	Ano 2010		
	Mercadorias	Materias Primas	Total
Existências Iniciais		20,052.65	20,052.65
Compras	386,320.98	12,777.59	399,098.57
Existências Finais		19,167.02	19,167.02
<b>CMVMC</b>	<b>386,320.98</b>	<b>13,663.22</b>	<b>399,984.20</b>

	Ano 2011		
	Mercadorias	Materias Primas	Total
Existências Iniciais		19,167.02	19,167.02
Compras	356,443.01	12,235.96	368,678.97
Existências Finais		29,793.34	29,793.34
<b>CMVMC</b>	<b>356,443.01</b>	<b>1,609.64</b>	<b>358,052.65</b>

## 14. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos apresentava o seguinte o detalhe:

	Ano 2011	Ano 2010
Subcontratos (2)	1,144,863.13	546,723.08
Serviços Especializados		
Trabalhos Especializados	214,021.18	97,373.86
Publicidade e Propaganda	10,092.45	3,659.49
Vigilância e Segurança		179.85
Honorários	11,500.00	9,250.00
Conservação e Reparação	79,612.52	73,444.19
Materiais		



	Ano 2011	Ano 2010
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	2,287.31	3,356.65
Material de Escritório	2,857.91	3,659.37
Artigos para Oferta	17.00	
<b>Energia e Fluidos</b>		
Electricidade	12,044.72	15,421.94
Combustíveis	12,256.86	8,120.21
Reagentes	504.50	121.80
<b>Deslocações, Estadas e Transportes</b>		
Deslocações e Estadas	8,398.83	5,819.32
Transportes de Mercadorias	42.94	
<b>Serviços Diversos</b>		
Rendas e Alugueres	19,308.91	8,068.98
Comunicação	26,180.89	29,347.23
Seguros	15,739.16	2,284.37
Contencioso e Notariado	401.00	150.00
Despesas de Representação	1,884.50	3,333.30
Limpeza, Higiene e Conforto	973.37	244.13
<b>Total</b>	<b>1,562,987.18</b>	<b>810,557.77</b>

(2) Corresponde à componente de custos reconciliados na actividade de construção, reparação e manutenção das infra-estruturas tal como referido nas notas 2 e 3.

## 15. CUSTOS COM O PESSOAL

No final de 2011, a rubrica de Custos com o Pessoal apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2011	Ano 2010
Remunerações	84,850.57	84,983.39
Encargos Sociais	17,787.95	18,482.37
Seguros de Acidentes de Trabalho	1,814.00	1,946.75
Gastos de Acção Social (SHT)	10,010.35	3,887.55
Outros Gastos com o Pessoal	5,977.36	3,551.72
<b>Total</b>	<b>120,440.23</b>	<b>112,851.78</b>

Nota: O número médio de pessoas ao serviço da empresa, repartido por empregados e assalariados foi no exercício findo em 2011 de 8 pessoas.

## 16. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Em 31 de Dezembro de 2011 a rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2011	Ano 2010
Rendimentos Suplementares	18,104.32	20,973.12
Regularização de Saldos	2,634.79	4,746.92
Juros de Mora Cobrados	672.99	904.21
<b>Total</b>	<b>21,412.10</b>	<b>26,624.25</b>

### 17. OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de Dezembro de 2011, o detalhe da rubrica de Outros Gastos e Perdas era o seguinte:

	Ano 2011	Ano 2010
Impostos e Taxas	4,424.95	3,414.14
Donativos	50.00	2,250.00
Gastos de Períodos Anteriores	280.10	3,607.60
Multas e Penalidades	250.00	
Sinistros	1,116.29	
Serviços Bancários	6,615.03	3,849.97
<b>Total</b>	<b>12,736.37</b>	<b>13,121.71</b>

### 18. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de Gastos/Reversões de Depreciação apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2011	Ano 2010
Activos Fixos Tangíveis		
Equipamento Básico	8,720.07	8,720.07
Equipamento de Transporte	393.97	393.97
Equipamento Administrativo	2,472.72	3,540.34
Activos Intangíveis		
Investimentos Reversíveis	134,394.84	134,394.07
<b>Total</b>	<b>145,981.60</b>	<b>147,048.45</b>

### 19. RESULTADOS FINANCEIROS

A rubrica de Resultados Financeiros apresentava em 31 de Dezembro de 2011 a seguinte composição:

	Ano 2011	Ano 2010
Juros Suportados		
Juros de Financiamentos Obtidos	49,154.01	24,417.19
Juros de Mora e compensatórios		2,500.00
<b>Total</b>	<b>49,154.01</b>	<b>26,917.19</b>

### 20. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento reconhecido em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 apresentava o seguinte detalhe:



	Ano 2011	Ano 2010
Resultado Líquido do Período (expurgado do impacto do imposto diferido)	(74,685.20)	(156,174.93)
Amortização de Investimentos Reversíveis	453,947.67	
Donativos	50.00	2,250.00
IRC e Outros Impostos Incidentes Sobre Lucros	8,255.43	1,717.10
Multas, Coimas, Juros Compensatórios e Demais Infracções	250.00	
Correcções de Períodos Anteriores	280.10	3,607.60
Outros Custos a Acrescer	1,116.29	
<b>Lucro tributável</b>	<b>389,214.29</b>	<b>(148,600.23)</b>
Prejuízos reportados de anos anteriores 2008	(152,114.55)	
Prejuízos reportados de anos anteriores 2009	(223,451.71)	
Prejuízos reportados de anos anteriores 2010	(13,648.03)	
<b>Matéria colectável</b>	<b>0.00</b>	<b>(148,600.23)</b>
Imposto à taxa de 12,50% (a)		
Imposto à taxa de 25,00% (b)		
Pagamento Especial por Conta	1,729.40	2,272.68
<b>IRC a Pagar</b>	<b>(1,729.40)</b>	<b>(2,272.68)</b>
Derrama	5,838.21	
Tributações Autónomas	2,417.22	1,717.10
<b>Total a Pagar</b>	<b>6,526.03</b>	<b>(555.58)</b>
<b>Imposto do Período</b>	<b>8,255.43</b>	<b>1,717.10</b>

(a) Incide sobre a matéria colectável até 12.500,00 euros.

(b) Incide sobre a matéria colectável superior a 12.500,00 euros.

## 21. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

### 21.1 ACTIVOS CONTINGENTES

À data de 31 de Dezembro de 2011, não existiam na aquamaior activos contingentes, nem conhecimento de que pudessem vir a registar-se, relativamente ao período em questão.

### 21.2 PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

Foram prestadas pelas seguintes entidades, garantias bancárias à Câmara Municipal de Campo Maior, para garantia do cumprimento das obrigações assumidas no contrato celebrado com aquela entidade.

	Ano 2011	Ano 2010
Aqualia Gestion Integral del Agua, S.A.	900,000.00	900,000.00
<b>Total</b>	<b>900,000.00</b>	<b>900,000.00</b>

## Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do artº. 420 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa acção fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de gestão, as Demonstrações financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de Aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A., referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

No decurso do exercício, acompanhámos a actividade da empresa tendo efectuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos a adequação dos documentos de prestação de contas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da sociedade;
- Fiscalizámos a eficácia do sistema de gestão de riscos, dos sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e reflectem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

No decurso dos nossos actos de verificação e validação que efectuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal contas que efectuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas, sem reservas e sem ênfase e cujo conteúdo consideramos parte integrante deste relatório.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

**Parecer do Fiscal Único**

Senhores Accionistas,

Procedemos à acção de fiscalização da Aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A., nos termos do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de gestão do exercício de 2011 cumpre com os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de gestão do exercício de 2011 satisfaz os requisitos previstos no Código nas Sociedades Comerciais;
- (c) O Balanço, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 2011, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Lisboa, 12 de Julho de 2012

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº178)  
Representada por:



João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)

Ernst & Young refers to the global organization of member firms of Ernst & Young Global Limited, each of which is a separate legal entity. Ernst & Young Global Limited, a UK company limited by guarantee, does not provide services to clients.

For more information, please visit [www.ey.com](http://www.ey.com)

